



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0
Gabinete do Ministro
CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas
Ata de reunião

Dados da Reunião

Câmara:	Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio		
Título:	Reunião Ordinária N. 48		
Local:	Auditório Maior, Sobreloja do Ed. Sede do MAPA, Brasília/DF		
Data da reunião:	08/06/2016	Hora de início:	09:14
Pauta da Reunião			

09:00h - Abertura (Palavra do Presidente)

09:10h - Aprovação da ata da 47ª Reunião

09:15h - Avisos da Secretaria e da Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

09:30h - Apresentação institucional: ANDA, CNI e CONAB

09:50h - Instrução Normativa nº 32/2015 - MAPA

10:20h - Modelagens dos processos de concessões (rodovias e ferrovias e portos) - MP 727 de 12/05/2016

11:00h - Convenção IMO / SOLAS - Processo de internalização da norma

11:30h - PLS 421/2014 - Consequências da extinção do AFRMM nas navegações de cabotagem e interior

12:00h - Agenda Estratégica da CTLOG

12:30h - Assuntos Gerais

13:00h - Encerramento

Lista de Participantes

	Nome	Entidade	Frq	Assinatura
1	EDEON VAZ FERREIRA	APROSOJA	PR	
2	QUESIA NASCIMENTO	APROSOJA	PR	
3	CARLOS ALBERTO NUNES BATISTA		PR	
4	CAROLINE STEPHANY INOCENCIO	ACST/MAPA	PR	
5	CLEBER CORDEIRO LUCAS	ABAC	PR	
6	FÁBIO BANDEIRA GUERRA	ABIOVE	PR	
7	ANNA JULIA PORTZ	ABPA	PR	
8	DENISE DECKERS DO AMARAL	ABRAPOS	PR	
9	WAGNER DE SOUSA MOREIRA	ABTP	PR	
10	ARNEY ANTONIO FRASSON	ACEBRA	PR	
11	ROBERTO CARSALADE QUEIROGA	ACEBRA	PR	
12	Cristina Joailho	AEXA	PR	
13	JOSE RAIMUNDO DOS SANTOS	AIBA	PR	



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

14	DAVID ROQUETTI FILHO	ANDA	PR	
15	IANA ARAÚJO RODRIGUES	ANTT	PR	
16	JOÃO PAULO DE SOUZA	ANTT	PR	
17	LUIS HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ	ANUT	PR	
18	CARLOS AUGUSTO DE LIMA CARVALHO	BB	PR	
19	FABÍOLA MANESCHY DE AZEVEDO LEMOS	CDP	PR	
20	LUIZ ANTÔNIO FAYET	CNA	PR	
21	ELISANGELA PEREIRA LOPES	CNA	PR	
22	JOSE RIBAMAR MIRANDA DIAS	CNI	PR	
23	ELAINE RADEL	CNT	PR	
24	CARLOS EDUARDO CRUZ TAVARES	CONAB	PR	
25	NILSON HANKE CAMARGO	FAEP	PR	
26	MARCELO CHAVES NERI DOS SANTOS	FENAMAR	PR	
27	PAULO APARECIDO CRAPINA	GS1 Brasil	PR	
28	PEDRO HENRIQUE PEÇANHA DI MARTINO FERREIRA	GS1 Brasil	PR	
29	CARLOS ALBERTO PEREIRA DE ALBUQUERQUE	IBRAF	PR	
30	EDUARDO VON GLEHN NOBRE	MDIC	PR	
31	VITOR LUDVIG BUMBIERIS	MF	PR	
32	FABIANO CHAVES DA SILVA	MPDG	PR	
33	MARCOS CÉSAR DE OLIVEIRA PINTO	MPDG	PR	
34	LUZENILDO ALMEIDA DE SOUSA	MTPAC	PR	
35	MARIANA CAMPOS PORTO	MTPAC	PR	
36	PAULO FERNANDO AMORIM DE CAMPOS	OCB	PR	
37	JOSE CARLOS PIRES	SEAPI/RS	PR	
38	FELIPE OZORIO MONTEIRO DA GAMA	SEP	PR	
39	CARLOS ALBERTO SEHN	SINDITABACO	PR	
40	ANTONIO MELO ALVARENGA NETO	SNA	PR	
41	LUÍS FERNANDO RESANO	SYNDARMA	PR	
42	ALEX AUGUSTO SANCHES TREVIZAN	VALEC	PR	
43	JOSÉ DA FONSECA	ABCAM	PR	
44	THAMIRES QUINHÓES	ABIEC	PR	
45	FABIANA BARBOSA	ABTP	PR	
46	LUCAS BRITO	ANEC	PR	
47	ARTHUR YAMAMOTO	ANTAQ	PR	
48	RONNIE PIMENTEL	CNI	PR	
49	DIRLENE PADILHA	CNI	PR	
50	ALZIRO FILHO	CNTA	PR	
51	KAROLINA KAPKO	JORNALISTA	PR	
52	LAILLA VAZ MALAQUIAS	PATRI	PR	
53	ROSANA SANTOS DORNINGER	SEP	PR	
54	PAULO H. CORRÊA	TCU	PR	
55	PAULO P. GUERRA NETO	TCU	PR	
56	LEOBINO ARAÚJO	Umbelino Lôbo	PR	

PR - presente / CO - convidado

Desenvolvimento



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Ocorreu a leitura da ata:	Sim
Desenvolvimento	

Abertura: a 48ª Reunião Ordinária da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio foi aberta às nove horas e quatorze minutos do dia 08 de junho de 2016, no Auditório Maior, Sobreloja do Ed. Sede do MAPA, Brasília/DF, pelo Presidente Edeon Vaz que agradeceu a presença de todos os membros que participam de forma efetiva e destacou a presença de representantes do Tribunal de Contas da União - TCU e do Fórum Permanente para o Transporte Rodoviário de Cargas. O Presidente realizou uma apresentação referente às Câmaras Setoriais e Temáticas, mostrando as suas finalidades, suas atribuições e a sua composição. Destacou que o papel da Câmara é a defesa do setor produtivo com foco na redução de custos, além de assessorar e subsidiar o Ministro nas tomadas de decisão. A apresentação está disponível no site <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>.

Apreciação e Aprovação da Ata da 47ª Reunião da Câmara: a ata foi aprovada pelos membros sem nenhuma ressalva e assinada pelos presentes na última reunião.

Avisos da Secretaria e da Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas - ACST: o Secretário da Câmara, Carlos Alberto Nunes, falou que a Portaria de composição da Câmara está quase finalizada e que aqueles que ainda quiserem se manifestar a respeito da representatividade da sua entidade, devem fazer até sexta-feira, pois a Portaria será encaminhada para publicação na próxima segunda-feira. Dito isto, o Secretário passou a palavra à Caroline Inocêncio para proceder com os avisos da ACST. Caroline informou que a Supervisora Aura Domingos se desligou da Assessoria retornando ao setor de Cooperativismo, no qual trabalhava anteriormente. Informou, ainda, que foi indicada para ser a Supervisora da Câmara, mas que esse assunto ainda não está definido. O Presidente agradeceu pelo competente trabalho realizado pela Aura junto à Câmara nos últimos meses e agradeceu a presença da Chefe da Assessoria Maria Auxiliadora e do Diretor do Departamento de Infraestrutura, Logística e Geoconhecimento – Dilog, Otto Luiz Burlier.

Apresentação institucional: ANDA, CNI e CONAB: o Presidente explicou que as apresentações institucionais são feitas para que todos tenham conhecimento das atividades de cada entidade que compõe a Câmara e passou a palavra a David Roquette Filho, representante da Associação Nacional para Difusão do Adubo - Anda, para realizar a sua apresentação. David informou que a Anda completa 50 anos em 2017 e representa a indústria de fertilizantes no Brasil, é composta por oito entidades e seu conselho é constituído pelos presidentes dessas instituições. Destacou que a associação busca discutir e defender todos os interesses e elos da cadeia de fertilizantes. Informou que, quem tiver interesse em dados estatísticos e documentos técnicos, pode acessar o site <http://www.anda.org.br/>. Para finalizar, falou do nível de respeito atingido pelo mercado brasileiro nos últimos anos no cenário internacional. O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Almirante José Ribamar Miranda Dias para apresentar as atividades realizadas pela Confederação Nacional da Indústria - CNI. Almirante Ribamar agradeceu a oportunidade e apresentou a Senhora Dirlene Maria Padilha da Unidade de Relacionamento com o Poder Executivo da CNI e relatou que a CNI é uma confederação voltada para a indústria brasileira e que atualmente engloba 1.250 (mil duzentos e cinquenta) sindicatos patronais da indústria e mais de 700 mil indústrias. Informou que a Confederação possui um Conselho de Infraestrutura que atua de forma efetiva, mas que tem um enfoque um pouco diferente da CTLOG. Finalizando se colocou à disposição de todos para esclarecer qualquer dúvida. Após a apresentação, a palavra foi dada ao representante da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Carlos Eduardo Cruz Tavares. Carlos disse que a função básica da Conab é subsidiar a execução da política agrícola, gestão dos preços mínimos e estoques governamentais.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Apresentou a arquitetura organizacional da empresa, detalhando os programas oferecidos. Falou do observatório agrícola e do conhecimento de mercado, apresentando as ferramentas disponíveis, bem como o suporte operacional e um mapa com a localização das unidades pelo Brasil. A apresentação está disponível no site <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>. O Presidente agradeceu a todos pelas apresentações, destacando a importância de cada uma delas. Para a próxima reunião, ficaram definidas as apresentações da Confederação Nacional dos Transportes - CNT, Banco do Brasil - BB e Associação Brasileira de Pós-Colheita - Abrapós.

Instituição Normativa nº 32/2015 – MAPA: dando continuidade à pauta, o Presidente convidou Edilene Cambraia Soares, Coordenadora-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária - Vigiagro/SDA. Edilene falou que essa IN trata de trânsito de embalagens de madeira em bruto e que foi internalizada no Brasil através da Norma Internacional de Medidas Fitossanitárias NIMF nº 15 estabelecida pela Convenção Internacional de Proteção Vegetal – CIPV. Relatou que quase todos os países que compõem OMC internalizaram essa NIMF. Disse que o Brasil iniciou o controle do trânsito de embalagem de madeira em 1999 com a Portaria 499 que posteriormente foi substituída pela IN nº 04/2004 que internalizou a NIMF na íntegra. Recentemente, ela foi substituída pela IN nº 32/2015 que internalizou a última versão da NIMF que trouxe como novidade o uso do tratamento por micro-ondas. Edilene explicou que o Brasil, dentro das diretrizes da última NINF, optou por adotar a medida mais restritiva que ela traz, tornando obrigatória a devolução de toda embalagem de madeira que estivesse fora de conformidade. Como medida para minimizar os impactos internacionais, a IN prevê duas situações, uma em que se devolve toda a carga e outra em que se devolve apenas as embalagens de madeira. A indicação é que, quando for detectada a presença de insetos vivos, toda a carga deve ser devolvida. Edilene disse que o que pode ter gerado dúvida é a questão da corresponsabilidade do transportador pelas informações da carga, mas quanto a isso esclareceu que o responsável é o importador, visto que, a embalagem de madeira não é considerada mercadoria. Explicou, ainda, que essa informação está sendo solicitada para melhorar os trabalhos do Vigiagro e não atrapalhar o fluxo de operação do terminal. Informou que o Mapa desenvolveu um sistema informatizado que pode trocar informações tanto com o administrador do recinto como com o transportador, mas que hoje somente o administrador está fornecendo informações ao sistema com os dados obtidos através do Siscomex, que é alimentado pelo transportador. Edilene disse que na IN o transportador foi colocado como corresponsável, porque ele já fornece essa informação através do sistema, entretanto ele não responde pelas informações, pois o responsável será sempre o importador. O Presidente abriu a palavra aos membros. Luis Fernando Resano, representante do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima - Syndarma, ressaltou que o transportador não alimenta o Siscomex e que no Porto Sem Papel é o agente marítimo que presta algumas informações, geralmente sobre o navio. Disse, ainda, que a corresponsabilidade envolve responsabilidade. Edilene esclareceu que não existe previsão legal para punir o transportador nesses casos. Ele pode ser punido apenas pela não devolução da carga, de acordo com a Lei nº 12.715. Disse ainda, que o sistema foi desenvolvido e implantado seguindo essa premissa. Resano afirmou que seria melhor adequar o termo corresponsável e Edilene disse que em uma futura revisão da norma isso pode ser feito, mas não vê motivos para alterar a norma agora só por esse termo. Luiz Antônio Fayet, representante da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, agradeceu pelas informações prestadas e relatou um fato ocorrido recentemente em que uma empresa siderúrgica importou um equipamento pesado que veio com escoras de madeira. Para tentar não devolver as escoras, tentaram incinerar este material, mas não conseguiram. Questionou, então, se há a possibilidade da incineração. Edilene esclareceu que não, a única opção é a devolução. Fayet questionou se existe a hipótese de se criar essa possibilidade para alguns casos. Edilene disse que na construção da norma essa opção foi considerada,



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

mas foi descartada porque isso geraria um custo alto para os terminais que teriam que se equipar para esse processo e porque isso pode ferir as leis ambientais do Brasil. Informou que nos dias 23 e 24 de junho será realizada uma reunião entre os órgãos responsáveis para discutir o assunto e procurar soluções para acelerar a fiscalização sem influenciar no fluxo dos terminais e que o assunto das incinerações será discutido. Wagner de Sousa Moreira, representante da Associação Brasileira dos Terminais Portuários - ABTP, reforçou o ponto levantado pelo Syndarma, que no art. 23 da IN é imposta uma obrigação a quem não é devida, visto que o operador portuário e o administrador do recinto não são titulares do processo de importação. Disse entender que essa corresponsabilidade ultrapassa o art. 265 do Código Civil que diz que a solidariedade não se presume, ela resulta de lei ou de vontade das partes. Diante disso, afirmou que a IN deve ser revisada o mais breve possível para sanar esse problema. Wagner informou, ainda, que existem outros pontos referentes à IN que foram encaminhados à então Ministra Kátia Abreu e questionou se há uma previsão de revisão do normativo. Edilene disse que o responsável pela revisão é o Departamento de Sanidade Vegetal - DSV e que há a possibilidade de que ainda este ano se inicie uma revisão, mas por outros itens, entretanto, a revisão de normas depende muito da demanda da sociedade e isso pode ser demandado de acordo com a necessidade do setor. Wagner questionou ao Presidente se poderia enviar os pleitos para serem encaminhados via CTLOG. O Presidente disse que sim e que falaria sobre esse assunto ao final das discussões. Nilson Hanke Camargo, representante da Federação da Agricultura do Estado do Paraná - Faep, perguntou qual o percentual de recusa e devolução de embalagens de madeira e se existe algum produto específico que tenha mais devoluções. Edilene respondeu que a média de devolução é de 3 a 6% das importações e que não existem produtos específicos, mas há maior incidência para alguns países como Venezuela, Japão, Estados Unidos e Alemanha. Eduardo Von Glehn Nobre, representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, questionou se há previsão na norma internacional de se transformar esse material de madeira em combustível para caldeiras. Edilene disse que existem várias previsões de destruição, mas que o Brasil decidiu por adotar a forma mais restritiva, a devolução. Almirante Ribamar ressaltou que o problema é sério e incinerar é mais viável do que se reexportar. Disse que o ideal seria que o importador na hora da compra colocasse no contrato que só aceitaria madeira tratada e prever multa no caso de descumprimento. Finalizando sua intervenção, questionou se a incineração não poderia ser autorizada por resolução. Edilene disse que isso poderia ser feito, mas os pontos de ingresso teriam que ter um alto investimento em incineradores que cumpram todas as legislações. O Presidente agradeceu a Edilene pelos esclarecimentos e sugeriu um prazo para as entidades que queiram oferecer contribuições o façam para que um documento possa ser elaborado e encaminhado ao Vigiagro e ao Sr. Ministro pela CTLOG. O prazo estabelecido para enviar as contribuições foi até o dia 20 de junho. O Presidente questionou aos membros se alguém tinha algo a falar sobre a IN 29, aproveitando que a Coordenadora Edilene estava presente e poderia esclarecer os questionamentos. Carlos Alberto Sehn, representante do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco - Sinditabaco, disse que os problemas persistem devido à dificuldade de se obter junto às Organizações Nacionais de Proteção Fitossanitária - ONPF dos países importadores de tabaco os requisitos fitossanitários para emissão do certificado fitossanitário. Isso prejudica a atualização de alguns documentos junto ao Mapa e a exportação dos produtos, visto que, na maioria das vezes as ONPF não respondem à consulta e isso obriga o exportador a cumprir uma série de procedimentos burocráticos. Edilene disse que esse assunto é complexo e relatou que o DSV também não recebe resposta de uma série de países quando faz essa consulta. Entretanto, esse problema pode ser minimizado porque já existe um banco de dados contendo os requisitos de muitos países. Porém quando é um país novo e não se tem essa informação, é mais rápido se conseguir através do importador. Edilene informou que há a previsão de revisão da norma e a ideia é se alterar a questão dos requisitos, entretanto a questão da tradução juramentada não deve ser alterada pois o Código Civil brasileiro estabelece que os



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

documentos recebidos estejam em português. Informou ainda, que a ideia é se divulgar os requisitos reconhecidos pela ONPF brasileira e validado pelas ONPF dos países de origem para que todos os exportadores tenham acesso a eles. Finalizando, Edilene disse que o banco de dados já está sendo validado e que deverá estar disponível no site do Mapa.

Encaminhamento: envio de contribuições para a elaboração de um documento solicitando a revisão da IN nº 32/2015 – MAPA até o dia 20 de junho. **Responsável:** membros da Câmara.

O Presidente relatou que o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPAC criou dois Fóruns Permanentes de Transporte de Cargas, um de transporte de cargas secas e outro de cargas líquidas. No fórum de Carga secas foram criados três grupos de trabalho, sendo dos embarcadores, transportadores e autônomos. Disse, ainda que tem mantido um diálogo produtivo com esses fóruns, tanto como entidade quanto como CTLOG.

Modelagens dos processos de concessões (rodovias e ferrovias e portos) - MP 727 de 12/05/2016: o Presidente convidou Luis Henrique Teixeira Baldez, representante da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Cargas - Anut, para falar sobre as concessões de rodovias e ferrovias. Baldez iniciou dizendo que proposição é tentar criar um novo ambiente para as concessões, destacando que elas precisam ser atrativas para os investidores, mas ao mesmo tempo atender aos usuários. Falou da MP 727/2016, da viabilidade de parcerias público-privadas e das possibilidades de se viabilizar as diversas formas de parceria. Referente às rodovias, Baldez mostrou um panorama da malha rodoviária, as causas e efeitos das condições das rodovias e as estratégias de atuação. Continuando, apresentou o ambiente regulatório para o setor ferroviário, o cenário existente quanto aos investimentos e os possíveis modelos de exploração de ferrovias. Baldez relatou dois casos de sucesso, um dos Estados Unidos e outro da Austrália e mostrou como compatibilizar o cenário existente com as diretrizes governamentais. Para finalizar, apresentou uma proposta de modelagem básica para a concessão de rodovias e ferrovias. A apresentação está disponível no site <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>. O Presidente passou a palavra a Fayet para falar a respeito das concessões dos portos. Fayet disse que usará como exemplo a parte mais crítica e falou que de 2003 a 2013 os custos da lavoura até um porto quadruplicaram, diminuindo a competitividade com os EUA e a Argentina. Relatou que estudos da Aprosoja mostram que, tendo como ponto nodal de referência o município de Sorriso-MT, o escoamento para Santos e Paranaguá custa hoje US\$126,00/tonelada, sendo que se fosse feito por Miritituba/Belém esse custo seria reduzido para US\$80,00/tonelada, gerando uma economia anual US\$1,2 bilhões. Dando continuidade, apresentou um mapa mostrando a diferença entre o escoamento pelo sul do País e pelo Arco Norte, falou dos números do déficit portuário e do crescimento da produção de soja e milho, destacando que se forem construídos 5 milhões de capacidade de embarque nos portos por ano, o equilíbrio somente será alcançado em 20 anos. Fayet falou da Lei dos Portos, que não é autoaplicável e necessita de regulamentação, ressaltando que é necessário se garantir estabilidade jurídica e não perder gestão dos portos. Citou o atraso nas definições das poligonais e os problemas advindos dele, relatando que recentemente as definições das poligonais foram retomadas pelo então Ministro Helder Barbalho, mas devido ao seu curto mandato, não houve tempo para se fazer muito. Falou do cronograma de licitações e que a proposta é eliminá-lo e finalizou dizendo que uma vez implantados os portos, a economia dá uma guinada. O Presidente agradeceu pelas apresentações e abriu a palavra aos membros para discussão. Almirante Ribamar fez uso da palavra e parabenizou Baldez e Fayet pelas apresentações. Disse que o Baldez trouxe uma proposta honesta e aceitável e propôs que essa seja a bandeira do empresariado e que poderá posteriormente sugerir alguns ajustes. Em relação aos Portos, disse que a Lei



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

dos Portos trouxe a atração de investimentos privados e que esse é um fato positivo, entretanto ela não é autoaplicável, como disse Fayet. Finalizando alertou que o futuro do Brasil é incerto e que é necessário se trabalhar para que as propostas apresentadas se tornem irreversíveis, sendo necessário que se exista uma unidade entre todos. Carlos, representante da Conab, disse que Baldez fez uma análise muito boa e colocou que tem recebido na Conab representantes da China e Japão e que o que se observa é que eles querem investir, mas não querem operar. Diante disso, questionou como seria dividida a exploração da ferrovia, do rodante nesta situação. O Presidente esclareceu que nesse caso a proposta é um *open access* e isso pode ser contemplado na proposta de concessão compartilhada. Diante da complexidade e da importância do assunto tratado na Medida Provisória 727/2016, o Presidente sugeriu convocar uma reunião extraordinária para tratar apenas dele e da Agenda Estratégica da Câmara. Assim todos teriam tempo para se ambientar com a proposta e as discussões seriam mais efetivas. Todos concordaram e a reunião extraordinária ficou agendada para o dia 29 de junho às 09:00h.

Convenção IMO / SOLAS - Processo de internalização da norma: o Presidente passou a palavra a Fayet para falar sobre o assunto e destacou que o objetivo da CTLOG é que a norma não gere custos adicionais para o produtor. Fayet iniciou fazendo uma contextualização do agronegócio brasileiro e falou dos entraves burocráticos e logísticos que diminuem a sua competitividade. Finalizando apresentou as adequações propostas às normas da IMO e se colocou à disposição para esclarecimentos. A apresentação está disponível no site <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>. Felipe Gama, representante suplente da Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP, incorporada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPAC, relatou, contextualizando, que o tema que já vinha sendo discutido por entes públicos e privados em diversos fóruns; e, que acerca do assunto, a SEP e/ou MTPAC, já haviam recebido: (i) ofício da CTLOG (cópia); (ii) ofício da Secretaria de Política Agrícola – SPA, do MAPA; e, (iii) Aviso do MAPA. Relatou ainda, que houveram diversas reuniões técnicas com as partes envolvidas durante a elaboração da Portaria nº 164/DPC, emitida pela Marinha do Brasil – MB, capitaneadas pela Diretoria de Portos e Costas – DPC, onde suplementarmente às questões de segurança relativas às atribuições da MB, foram abordados também, ainda que de forma indireta, aspectos comerciais decorrentes da implementação das novas exigências. Sendo que, em paralelo, também ocorreram reuniões com a SEP/MTPAC com o intuito de avaliar as proposições apresentadas pelo MAPA e CTLOG, de forma que, na última delas, que contou com a presença da Receita Federal do Brasil - RFB, MAPA, ANTAQ e MB, após a ANTAQ apresentar sua posição e tecer esclarecimentos prévios, a maioria dos presentes, inclusive a SEP/MTPAC, entendeu, consoante a visão da ANTAQ, que: (i) ainda não caberiam intervenções da ANTAQ acerca das novas exigências, por entenderem que os próprios interessados se auto ajustarão em suas relações comerciais privadas; (ii) como, por exigência da RFB, todos os contêineres já são pesados antes de adentrarem na zona primária portuária, caso, após a entrada em vigor das novas exigências, ocorra qualquer tipo de abusividade econômica nos serviços prestados, a ANTAQ já dispõe de arcabouço normativo suficiente para intervir administrativamente de forma coibitiva e regulatória; (iii) para enfatizar esse ponto, deveria constar na Portaria nº 164/DPC, texto específico explicitando que os serviços já são realizados por exigência da RFB (acatado pela MB, conforme item 4.7, da Portaria nº 164/DPC); (iv) caso o exposto nos itens anteriores não sejam suficientes para conter possíveis abusividades, a ANTAQ poderá promover alterações em normas existentes ou elaborar normativo específico para a questão, restando a princípio, monitorar a implementação das novas exigências. Concluiu esclarecendo que, a despeito do disposto, a SEP/MTPAC, em vista das competências legais e da composição do CONAPORTOS, encaminhou o assunto à apreciação e análise daquele colegiado, conforme pleito da CTLOG e do MAPA, entendendo que quaisquer ações promovidas no sentido de evitar a ocorrência de sobretaxas ou de novas taxas, são



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

importantes para não se elevar os custos logísticos para exportação de mercadorias no país. Wagner, da ABTP ressaltou que a norma da IMO entra em vigor internacionalmente em 1º de julho e que já existe uma norma feita pela autoridade marítima brasileira. Disse que a posição da ABTP é que essa norma atende perfeitamente o que se quer em relação à internalização da emenda Solas, destacando que ela foi feita com requisitos de não burocratizar o processo, não aumentar custos para o exportador, preservar a liberdade de negociação entre as partes e garantir a segurança do embarque dos contêineres. Wagner falou ainda, que a norma foi construída consultando todas as partes envolvidas e reafirmou a posição da ABTP de que não se deve burocratizar mais o processo envolvendo a Conaportos no assunto e que a Portaria 164 é suficiente para atender ao IMO SOLAS sem aumento de custos e sem intervenção na relação comercial entre as partes. Fayet disse que na primeira audiência realizada na SEP, foi dito que ela efetivamente era a responsável pela coordenação dos órgãos federais e seria responsável pela parte terrestre. Em função disso foi construído todo o trabalho. Questionou quem será responsável pelos problemas gerados já que, em seu entendimento, o tratamento não será uniforme em todo o Brasil, ressaltando que, se a SEP não fizer uma norma unificando procedimentos, isso pode gerar muitos problemas e poderá ser responsabilizada por isso. Carlos Sehn disse que a preocupação com a proposta que está sendo sugerida à Conaportos é quanto a agilidade no processo de repasse da informação da pesagem aos embarcadores para que eles possam fazer as declarações, destacando que esse é um ponto importante a ser considerado. Falou ainda, que a norma da Marinha apenas repete o que está na norma Solas com dois métodos de pesagem, um no ingresso da zona portuária e outro nas unidades dos exportadores. Eduardo, representante do MDIC, questionou qual seria o sistema usado para fazer o compartilhamento das informações. Fayet respondeu que na proposta enviada explica como esse procedimento será realizado. Almirante Ribamar destacou que o contêiner é pesado no ingresso do caminhão no porto e esse peso deveria ficar registrado no sistema. Disse que falta equacionar em qual o sistema público esta informação será compartilhada e disse entender que o Siscomex é o sistema ideal. Falou, ainda, que a Conaportos é a revitalização do Programa de Harmonização da Atuação dos Agentes de Autoridade dos Portos - Prohage. Esse programa envolvia 13 Ministérios e funcionou muito bem por seis anos até que foi abandonado pelo Governo. Resano acrescentou que a emenda Solas tem apenas uma página que deve ser cumprida pelo Brasil e que existe um outro documento com as diretrizes da IMO. A portaria publicada pela Marinha seguiu essas diretrizes e foi discutida com o setor. Resano destacou que no normativo exige que a informação do Verified Gross Mass / Peso Bruto Verificado - VGM seja fornecida e assinada por um agente autorizado do embarcador. Disse ainda que, segundo seu conhecimento, os terminais não querem assumir a responsabilidade pelo valor pesado e o embarcador só embarcará o contêiner que estiver com a informação do VGM assinada, destacando que o armador está com o sistema pronto para receber as informações do VGM. Finalizou dizendo que os armadores não querem interferir na maneira como será obtida a informação do VGM. Arthur Yamamoto, representante da Antaq, disse que é importante se observar que na Portaria da Marinha o sujeito passivo é o embarcador e não o terminal. Se forem estabelecidas normas obrigando os terminais a fazerem algo que eles não são obrigados, isso pode gerar custos adicionais. Relatou que o que foi sugerido à Marinha é que, já que o terminal tem um sistema de pesagem na entrada, seja incluída essa informação no dispositivo da Marinha para que eles possam coibir cobranças abusivas. Ronnie Pimentel, representante da CNI, pediu a palavra e disse que as informações obtidas nos terminais é que já foram elaboradas tabelas do serviço de pesagem e certificação. Os valores previstos por contêiner são de R\$ 70,00 (setenta reais) sem emissão de certificado e R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) com a emissão de certificado. Pimentel destacou que isso precisa ser discutido e que as autoridades precisam intervir. Fayet ressaltou que quando a mercadoria embarca na área primária há a pesagem e o solicitado é que essa pesagem, que é acreditada, seja compartilhada de forma simples sem necessitar de um sistema. Afirmou que está



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

havendo uma confusão de entendimento, visto que a proposta é para simplificar o processo e que a sua entidade vai atuar, e solicitou que aquelas que concordarem se manifestem. O Presidente disse que a CTLOG já fez os seus encaminhamentos e que agora irá aguardar que a SEP dê os encaminhamentos que achar conveniente. Solicitou então, que as entidades se manifestem de acordo com os seus entendimentos. O Secretário Carlos Alberto Nunes informou que o Aviso Ministerial do MAPA ao MTPAC foi enviado e que está acompanhando o assunto.

PLS 421/2014 - Consequências da extinção do AFRMM nas navegações de cabotagem e interior: o Presidente passou a palavra ao André Luiz Bento de Mello, representante da Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem - ABAC, para fazer a sua apresentação. André relatou que este PLS foi proposto pela Senadora Kátia Abreu e ficou parado por um longo período, mas recentemente foi retomado pelo Senador Ricardo Ferraço e foi aprovado na Comissão de Infraestrutura. André explicou como funciona o Fundo da Marinha Mercante – FMM e fez uma análise sobre a incidência do AFRMM. Falou da situação da navegação interior, da navegação de cabotagem e da movimentação de cargas na cabotagem, além do resarcimento do AFRMM das Operações no Norte e Nordeste. Finalizou apresentando as conclusões e as propostas alternativas e complementares. A apresentação está disponível no site <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>. O Presidente agradeceu pela apresentação e devido ao pouco tempo que restava para discussão, propôs dar continuidade ao assunto na próxima reunião ordinária da Câmara agendada para o dia 3 de agosto. Disse que o material seria disponibilizado no site das Câmaras e que todos poderiam ter acesso a ele para ter mais subsídios para a discussão na 49ª Reunião Ordinária.

Encaminhamento: pautar para a próxima reunião ordinária o tema “PLS 421/2014 - Consequências da extinção do AFRMM nas navegações de cabotagem e interior”. **Responsável:** Carlos Alberto Nunes – Secretário da Câmara.

Agenda Estratégica da CTLOG: o Presidente informou que a Agenda Estratégica revisada seria enviada aos membros via e-mail para que todos possam ter conhecimento e pensem em prioridades a serem encaminhadas. Este assunto será discutido na reunião extraordinária agendada para o dia 29 de junho.

Assuntos Gerais: não houveram mais assuntos de interesse da Câmara.

Encerramento: o Presidente agradeceu a presença de todos e não havendo mais assunto a ser tratado, a reunião foi encerrada às treze horas e cinco minutos, e eu Caroline Stephany Inocêncio, lavrei a presente ata, revisada pelo Secretário da Câmara.

Preposições

Item	Item da reunião
------	-----------------

Ações

Item	Ação	Responsável	Dt. prevista
------	------	-------------	--------------

Dados da próxima reunião

Local:	
--------	--



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0
Gabinete do Ministro
CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas
Ata de reunião

Data da reunião:		Hora de início:	
Pauta da Reunião			

Anexos

Arquivo	Descrição